

Fundações de Amparo e apoio à pesquisa sobre políticas públicas no Maranhão, Piauí e Ceará (2014-2016)

Amparo Foundations and support for public policy research in Maranhão, Piauí and Ceará (2014-2016)

DOI:10.34117/bjdv7n1-044

Recebimento dos originais: 06/12/2020

Aceitação para publicação: 06/01/2021

Vera Núbia Santos

Doutora em Serviço Social
Universidade Federal de Sergipe
PROSS/UFS– Campus São Cristóvão – CEP 49100-000
E-mail: veranubia.sso@gmail.com

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

Doutora em Serviço Social
Universidade Federal de Sergipe
PROSS/UFS– Campus São Cristóvão – CEP 49100-000
E-mail: licavasconcelos@gmail.com

Noêmia Lima Silva

Doutora em Educação
Universidade Federal de Sergipe
PROSS/UFS– Campus São Cristóvão – CEP 49100-000
E-mail: noemialimasilva@gmail.com

Kathleen Pimentel dos Santos

Graduanda em Serviço Social
Universidade Federal de Sergipe
DSS/UFS– Campus São Cristóvão – CEP 49100-000
E-mail: pimentelk18@hotmail.com

Ana Camila Santos de Paula

Graduanda em Serviço Social
Universidade Federal de Sergipe
DSS/UFS– Campus São Cristóvão – CEP 49100-000
E-mail: anacamilastospaula@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa o papel da Fundação de Amparo à Pesquisa no Maranhão, Piauí e Ceará para indução à pesquisa nos anos de 2014 a 2016 e constitui parte do projeto "Pesquisa e Pesquisadores em Serviço Social na Região Nordeste: perfil, recursos e subsídios a formulação de políticas", aprovado no Edital Universal MCTICNPq 01/2016. As FAPs incrementam à Ciência, Tecnologia e Inovação, para viabilizar a implementação de políticas públicas. Segundo o levantamento e análise do objeto, objetivo e recursos, observou-se que a indução à pesquisa tem sido pouco estimulada e nem sempre leva ao

avanço de pesquisa nas políticas públicas. Concluiu-se o que no período de estudo, os investimentos em pesquisas em políticas públicas foi reduzido, o que concorre para a limitação das FAPs em estimular o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Fundações, Pesquisa, Serviço Social.

ABSTRACT

The article analyzes the role of the Research Support Foundation in Maranhão, Piauí and Ceará to induce research in 2014-2016 and it is part of the project "Research and Researchers in Social Work in the Northeast Region: profile, resources and subsidies for policy formulation", approved in the Universal Notice MCTI / CNPq 01/2016. The FAPs increase Science, Technology and Innovation, to make the implementation of public policies more viable. According to the survey and analysis of the object, objective and resources, it was observed that the induction to research has been little stimulated and did not always lead to the advancement of research in public policies. It was concluded that during the study period, investments in public policy research were reduced, which contributed to the limitation of FAPs in stimulating the development of the region.

Keywords: Foundations, Search, Social Work.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar resultados de parte do projeto "Pesquisa e Pesquisadores em Serviço Social na Região Nordeste: perfil, recursos e subsídios a formulação de políticas", tendo por foco as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados do Maranhão, do Piauí e do Ceará. A pesquisa foi desenvolvida com recursos do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em todos os estados do nordeste, no período de 2014 a 2016 e vinculada ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe, por meio de três planos de trabalho, cada um com três estados da região, que tiveram por objetivo examinar os editais de financiamento no período, a fim de identificar como as fundações subsidiam a produção de pesquisas, bem como o perfil dos pesquisadores da área do Serviço Social e da política social. Os resultados aqui apresentado vincula-se ao terceiro e último ano da pesquisa, que foi desenvolvida por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no período agosto/2019 a julho/2020 e voltado para os editais das FAPs dos estado do Maranhão, Piauí e Ceará no ano de 2016.

As FAPs são órgãos estatais responsáveis pelo incentivo à inovação, ao conhecimento científico e tecnológico, principalmente após a década de 1990 com a promulgação da Constituição de 1988, quando as unidades federativas passam a ser

também responsáveis pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia. A criação das FAPs no país inicia em São Paulo em 1962, com a criação da FAPESP até a constituição de 26 FAPs, nos anos 2000. Atualmente, as fundações se alinham ao desenvolvimento do conhecimento científico, tecnológico e da inovação (CT&I). De acordo com Soares e Prete (2018), a sociedade apresenta avanços da produção e a percepção do conhecimento científico, mas enfrenta o entrave trazido pela dinâmica atual na condução da política econômica do país, que muitas vezes determina o engessamento dos órgãos responsáveis pelas políticas de CT&I. Observa-se que, com o discurso do controle dos gastos públicos, a burocratização compromete o desenvolvimento de pesquisas, num cenário em que conhecimento transforma-se em forma de poder e controle, e retarda o processo de desenvolvimento de pesquisas, muitas dependentes de estímulo via instituições de fomento estatais.

Há que se observar a existência de duas modalidades de fundações de pesquisa: aquelas de amparo, instituições vinculadas normalmente às secretarias de estado da Ciência e Tecnologia, amparadas no marco legal da Constituição Federal de 1988, e as fundações de apoio à pesquisa, disseminadas também na década de 1990, como forma de agilizar a captação de recursos para instituições federais de ensino. Esse universo de fundações apontam para a necessidade de uma atenção especial para a CT&I no país. Desse modo, como sinalizam Faria e Oliveira (2018, p. 56),

As FA foram criadas com a finalidade de dar suporte a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) em geral. Mais recentemente, as Fundações vêm contribuindo, também, para operacionalizar programas no âmbito da inovação, de abrangência nacional, procurando levar o conhecimento inovador das ICT para o mercado via mecanismos próprios.

Assim, embora de natureza diferentes, as Fundações de Amparo e Apoio têm o mesmo objetivo de, por meio dos recursos do Estado, desenvolver o conhecimento e a pesquisa científica nas diversas áreas do conhecimento. Ao contribuir para o desenvolvimento científico, elas também reforçam o sustento sob o tripé ensino, pesquisa e extensão — firmado na constituição de 1998, no artigo 207 — nas Instituições de Ensino Superior (IES) por meio da publicação de editais e realização de atividades de extensão. Além disso, o financiamento de projetos de pesquisa proporciona a interação da pesquisa com a sociedade, levando os resultados a ultrapassar os limites da sala de aula, reafirmando a “importância da inovação para o desenvolvimento científico, tecnológico

e econômico, e do apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação” (MATOS; ESTEVES, 2015, p. 3, apud MOTA, 2019, p. 6).

Considerando as FAPs agentes de fomento à pesquisa, e pela compreensão de que o Serviço Social está envolvido na produção do conhecimento, aonde a pesquisa destaca-se como elemento constituinte da profissão, entende-se que a pesquisa demarca a dimensão investigativa da profissão. Sob esse viés defende Iamamoto (2015, p. 56) que

O que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirme como uma dimensão integrante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional. Ora, para isso é necessário um cuidadoso conhecimento das situações ou fenômenos sociais que são objeto de trabalho do assistente social.

Ou seja, a pesquisa e o conhecimento científico são pressupostos centrais na formação do assistente social e constitui sua capacidade investigativa, uma vez que servem como forma de atualização do debate sobre os diversos espaços e políticas de inserção profissional do assistente social. Especialmente por ser o Serviço Social orientado pela Lei de Regulamentação Profissional (1993) e um Código de Ética (1993) que exige, segundo o Conselho Federal de Serviço Social, formação profissional que vislumbre, sempre, que “os/as assistentes sociais possuem e desenvolvem atribuições localizadas no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, como também na assessoria a movimentos sociais e populares” (CFESS, 2011), correspondendo sempre aos cenários econômicos, políticos, sociais e culturais aos quais estão inseridos/das.

Com tais pressupostos, a pesquisa buscou identificar como as Fundações de Amparo à Pesquisa nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará têm contribuído para a pesquisa em Serviço Social e políticas públicas estaduais. Estimando, dessa forma, obter dados que permitam compreender o nível da contribuição dos pesquisadores em Serviço Social na formulação de políticas no Nordeste brasileiro. Para tal, a pesquisa iniciou a partir da identificação dos editais do ano de 2016, objetivando mapear os editais publicados pelas FAPs, qual o foco; o apoio financeiro; a natureza científica e tecnológica. A intenção do projeto mais amplo é de destacar os editais relacionados às políticas públicas, mas o levantamento incluiu todos os editais. No caso de existir editais focados em políticas públicas, outros passos seriam seguidos: levantamento dos projetos

aprovados, identificação dos pesquisadores beneficiados bem como análise do perfil de cada um, identificando sua pesquisa, área de atuação e se é do Serviço Social.

A pesquisa e a produção do conhecimento nas mais várias áreas contam com o financiamento de agências de fomento em nível federal, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), e em nível estadual, como as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). No movimento da pesquisa e pós-graduação no Brasil, as agências de fomento têm papel preponderante desde a segunda metade do século passado, com o surgimento da CAPES e do CNPq, instâncias em nível nacional para qualificação de pesquisadores e para o desenvolvimento e divulgação das pesquisas. Nas unidades federativas, as FAPs são indutoras do desenvolvimento científico e tecnológico. As primeiras FAPs são instituídas no Brasil na década de 1960, mas só são disseminadas pelo país após a Constituição Federal de 1988, que trouxe dispositivos que facultavam aos Estados a vinculação orçamentária para Ciência e Tecnologia.

Na Região Nordeste, as FAPs surgem a partir de 1989, em Pernambuco, chegando ao final da década de 1990 instituídas em todos os estados, como a agência local de fomento e difusão de pesquisa. A importância dessas instituições, além do incremento à Ciência, Tecnologia e Inovação, reside na possibilidade de perscrutar a realidade, com resultados que levem à implantação de políticas públicas em diversos setores. A partir de levantamento em editais nos estados da região nos anos de 2014, 2015 e 2016, observou-se que a indução à pesquisa tem sido vinculada a determinadas áreas do conhecimento, nem sempre se estimulando o avanço de pesquisa nas políticas públicas, como também nas concessão de bolsas de pesquisa e na produção de conhecimento. O fato de o Brasil passar por uma crise política e econômica nesse período é uma hipótese a considerar, embora seja evidente a ausência da garantia da definição de um percentual orçamentário próprio para CT&I.

2 FUNDAÇÕES DE AMPARO À PESQUISA E A INDUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As fundações de amparo a pesquisa se situam num rol de ações do Estado que possibilitam o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico. A primeira Fundação a ser criada no país foi a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em 1962, dispondo de amparo em leis estaduais, exigência para a criação das mesmas. A FAPESP é a principal Fundação em âmbito nacional, se

destacando atualmente por ser um organismo de apoio à pesquisa autônomo, eficiente e ágil nas decisões. A segunda Fundação surge em 1964, no Estado do Rio Grande do Sul denominada Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Na década de 1980 erguem-se mais duas, em 1980, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e, em 1985, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Na década de 1990 com a promulgação da Constituição de 1988, houve um avanço no desenvolvimento das FAPs no país. O Estado passa a ser responsável pela educação e se firma com o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Atualmente, contabilizam-se a existência de 26 FAPs, que atuam exercendo atividades sociais, justificando assim, a vinculação de bens e recursos públicos para sua prática. No caso das Fundações de Amparo/Apoio à Pesquisa, têm como finalidade, através dos recursos destinados do estado, desenvolver a pesquisa científica e programas de capacitação, em todas as áreas de conhecimento. Elas têm contribuído principalmente para o desenvolvimento de atividades de distintos ramos do conhecimento nas Instituições de Ensino Superior (IES) com sua agilidade operacional, financiando através dos seus editais projetos de pesquisa e extensão, colaborando para com o desenvolvimento do tripé acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) que sustenta as IES. Este é firmado na Constituição de 1988, no artigo 207 que enuncia: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (Brasil, 1988). O financiamento das fundações aos projetos de pesquisa e extensão que constituem o tripé colabora para o desenvolvimento do conhecimento científico e interação do meio acadêmico com a sociedade, indo além da base do ensino em sala de aula e ressaltando a “importância da inovação para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, e do apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação” (MATOS; ESTEVES, 2015, p. 3).

As FAPs são instituições estatais que têm como finalidade a administração de recursos e financiamento de pesquisas voltadas à ciência, tecnologia e inovação e concessão de bolsas para capacitação de pesquisadores especialmente no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES). O incentivo das FAPs às pesquisas levam em consideração as características e interesses regionais, entretanto estão articuladas através do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e da Financiadora de Estudos

e Projetos (Finep), por possuírem os mesmos objetivos de fomento e incentivo à pesquisas nos âmbitos da ciência, tecnologia e inovação, estando essas, além do apoio das secretarias estaduais de ciência e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento das FAPs através do repasse de recursos estaduais e federais.

Se no Brasil, a FAP pioneira foi a FAPESP, fundada em 1962, ressalte-se que esse foi um marco que tornou como referência para o desenvolvimento científico do Estado de São Paulo e também para os demais estados da federação. No Nordeste, a FAP pioneira foi a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), fundada a partir das pressões e questionamentos de um grupo de pesquisadores pernambucanos ao Estado, destacando a importância do desenvolvimento da pesquisa na região.

No processo de captação de recursos para o fomento de pesquisas, um projeto consiste, como afirma Deslandes (2007), em um pré-requisito para obtenção de financiamento e sua elaboração em condição essencial para a participação na concorrência entre editais publicados pelas FAPs. A construção de um projeto de pesquisa compreende a utilização de ferramentas como tecnologias, livros, periódicos, revistas para a análise de texto e proposição de novos estudos.

Considerando que as FAPs possuem grande relevância no que concerne ao desenvolvimento de pesquisas que beneficiem a sociedade em geral, e que há a necessidade de pensar no desenvolvimento regional do nordeste por meio do incremento da pesquisa nos estados com apoio da FAPs, buscou-se observar nos editais publicados nos anos de 2014 e 2015 nos sítios eletrônicos das FAPs do nordeste as informações para compreender o apoio ao desenvolvimento científico e à inovação tecnológica nos estados, por meio dessas instituições de fomento.

Um dos argumentos a destacar refere-se ao fato que CT&I são componentes que na atualidade possuem um marco regulatório, e que podem ser alçados à condição de política de estado, ainda que se corra o risco de, como todas as demais políticas públicas, cheguem a um processo de baixa dotação orçamentária, mesmo com um marco regulatório (BRASIL, 2013). Ciência, Tecnologia e Inovação são também, componentes vinculados ao fortalecimento da Política de Educação, principalmente da Educação Superior, que, com o advento da Emenda Constitucional 95 (BRASIL, 2016) teve grande impacto que compromete a qualidade, principalmente nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES).

2.1 PERCURSO DA PESQUISA

Com objetivos amplos, para dar conta e compreender a dinâmica das FAPs no nordeste, a pesquisa buscou mapear as FAPs nos estados do nordeste brasileiro, com o fito de compreender de que formas têm dados subsídios para a formulação e implementação das políticas públicas nos estados. O caminho escolhido, a fim de dar seguimento, teve por fontes as próprias informações oficiais das instituições, disponíveis nos seus sítios eletrônicos.

Assim, a pesquisa assumiu uma natureza quali-quantitativa e foi metodologicamente desenvolvida em etapas. Dessa forma, a coleta sistemática e a leitura bibliográfica estiveram correlacionadas e alicerçaram as análises, interpretações e reflexões apresentadas no tópico Resultados e Discussões. Diante disso, sua estrutura possibilitou as mediações entre os resultados e a dinâmica da realidade, isto significa que o estudo compreendeu o papel das políticas públicas como instrumento de enfrentamento às histórias exclusões e desigualdades sociais regionais, pelo seu fomento, acompanhamento da implantação e avaliação. Assumindo tal perspectiva, nesta pesquisa, “teoria e metodologia caminham juntas e vinculadas” (MINAYO, 2010, pp. 44-45).

A pesquisa desenvolveu-se gradualmente, e estruturou-se em etapas nos últimos três anos, sendo estudado cada ano em específico, e consistiu em identificação dos editais lançados nos anos de 2014, 2015 e 2016 pelas FAPs do Maranhão, Piauí e Ceará. Todos os editais encontrados nos portais eletrônicos da FAPEPI (<http://www.fapepi.pi.gov.br>), da FAPEMA (<https://www.fapema.br>) e da FUNCAP (<https://www.funcap.ce.gov.br>) foram catalogados. Esse processo possibilitou a visualização do papel das fundações no desenvolvimento de pesquisas vinculadas às políticas públicas, essencialmente pela área do Serviço Social.

Em posse dos editais encontrados nas três fundações pesquisadas analisou-se o objeto, os objetivos, os recursos, os projetos aprovados – resultados dos editais, para verificação do foco dos editais e suas características. A partir desse levantamento foram destacados os editais de projeto de pesquisa cuja finalidade estava voltada para políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento da região Nordeste.

Na sequência buscou-se a identificação dos pesquisadores contemplados nos editais de, com o objetivo de localizar e analisar o perfil de pesquisadores assistentes sociais vinculados aos editais de políticas públicas. Esse processo se cumpriu com uma investigação por meio da plataforma Lattes, onde se identificava a área de formação dos pesquisadores aprovados, bem como a linha, pesquisa e eixo aos quais estivessem

vinculados, o que não se configure objetivo deste artigo, mas faz-se importante salientar que mesmo com dois programas de pós-graduação em políticas públicas vinculados, respectivamente, às universidades federais do Maranhão e do Piauí, que são da área de Serviço Social, o número de projetos foi reduzido, assim como o de editais o foi a cada ano.

Por conseguinte, os resultados e discussões apresentados nos próximos tópicos, possibilitados pela metodologia aqui descrita, traz um panorama das contribuições das FAPs em pesquisas como subsidio de desenvolvimento de políticas públicas, entendendo-as como mecanismos de enfrentamento da “questão social” por parte do Estado.

3 ALGUNS RESULTADOS E DISCUSSÕES

As Fundações de Amparo à Pesquisa são órgãos de fomento à pesquisa que administram de forma indireta os fundos dos respectivos estados aos quais estão ligadas, objetivando realizar-se como agências de fomento às pesquisas científicas e tecnológicas. Atualmente as FAPs estão presentes em 26 unidades federativas, abrangendo todo território nacional. Na região Nordeste, – a qual a pesquisa “pesquisa e pesquisadores em serviço social na região nordeste: perfil, recursos e subsídios à formulação de política” tem como foco – os estados Maranhão, Piauí e Ceará possuem, respectivamente, a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA); Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (FAPEPI) e Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), compondo o grupo de fundações em destaque nesse artigo.

Através dos respectivos endereços eletrônicos das FAPs dos estados indicados foram identificados o total 108 editais no período do levantamento, sendo 31 editais no ano de 2014, 58 editais em 2015 e 19 editais lançados no ano de 2016.

Quadro 1: Quantidade de Editais lançados pelas FAPs nos anos 2014, 2015, 2016.

Fundação	2014	2015	2016
FAPEMA	23	37	04
FAPEPI	00	07	10
FUNCAP	08	14	05
Total	31	58	19

É necessário destacar que os 19 editais lançados e disponíveis nos respectivos endereços eletrônicos no ano de 2016 representa uma diminuição em relação ao total de editais lançados nos anos de 2014 e 2015, excentuando a FAPEPI, que não teve editais localizados no ano de 2014. No campo político, a crise que se intensificou a partir de 2014 no país, pode ser uma das considerações a fazer, embora em se tratando de orçamento, neste ano o percentual para CT&I foi ampliado, sendo reduzido nos anos posteriores¹.

Entre as três FAPs o maior número de editais no ano de 2016 está destinado a apoio financeiro à projetos de pesquisa, no total de 12 editais (63,15%) com tal finalidade, enquanto para bolsas de mestrado e doutorado foram quatro editais (21,05%). Os demais objetos dos editais estão distribuídos conforme se observa no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2: Objeto dos editais das FAPs no ano de 2016.

Tipo de apoio	FAPEMA	FAPEPI	FUNCAP	TOTAL
Crédito de pesquisa para comitês técnicos-científicos	01	00	00	01
Apoio à participação em eventos científicos	01	01	00	02
Apoio à realização de eventos científicos, tecnológicos e de inovação	01	00	00	01
Apoio financeiro à projetos de pesquisa	01	03	02	06
Programa de Desenvolvimento Técnico Científico Regional	00	00	01	01
Bolsa de apoio técnico de nível superior	00	02	00	02
Bolsas de doutorado e mestrado no programa de bolsas de pós-graduação	00	01	01	02
Auxílio à organização de eventos científicos	00	01	00	01
Auxílio para publicação científica	00	01	00	01
Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas	00	00	01	01
Programa de Apoio à produtos e/ou processos inovadores para o mercado	00	00	01	01

A busca pela identificação do foco dos editais e suas características compreendeu itens para análise como objetivos, recursos e requisitos de aprovação, todos estes disponíveis em cada edital. Os resultados dos projetos aprovados também estão disponíveis nos respectivos portais das fundações estaduais pesquisadas no presente plano.

¹ Para análises sobre o orçamento público, sugere-se o acesso aos dados disponibilizados pela Auditoria Cidadã da Dívida, disponível no site www.auditoriacidadada.org.br

A FAPEMA dispôs em seu portal o acesso a quatro editais correspondentes ao ano de 2016, destes apenas um destinado a projeto de pesquisa. Com isso, observamos uma direção contrária em relação às finalidades dos editais da FAPEMA nos anos anteriores, uma vez que destinou mais recursos em 15 editais em 2014 e 2015, respectivamente, para apoio à projeto de pesquisa.

Em relação ao financiamento dos editais todos tem recursos oriundos do Tesouro Estadual do Maranhão, por meio da FAPEMA. Constatamos que o valor total mais alto pertence ao edital 031/2016 que objetiva apoiar projetos de pesquisas.

No edital diretamente ligado à projetos de pesquisas não foram identificados assistentes sociais inscritos e selecionados no ano de 2016. Constatou-se também a não identificação de editais destinados diretamente ao desenvolvimento das políticas públicas, do mesmo modo não foram identificados editais de bolsas de mestrado e/ou doutorado.

Importa destacar a especificidade dos editais quanto ao seu objeto. No ano de 2016, por exemplo, as FAPs apresentaram os seguintes objetos para os editais: Apoiar com um crédito de pesquisa o consultor ad hoc que integrar Comitês de Julgamento ou emitir pareceres online, conforme solicitação da FAPEMA; Apoiar a participação em eventos de curta duração de Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, no país e no exterior; Apoiar a realização de eventos científicos, tecnológicos e/ou de inovação, de âmbito internacional, nacional, regional e local, no estado do Maranhão; Apoiar projetos de pesquisas científica, tecnológica e de inovação propostos por grupos de pesquisas emergentes, formados por pesquisadores com destaque na sua área de conhecimento e com experiência na coordenação de projetos, de modo a induzir a formação de novos núcleos de excelência em pesquisa no Estado do Ceará; Programa de produção de informações, pesquisas e estudos para o desenvolvimento sustentável com inclusão social no Piauí. Esses objetos podem ser observados, quando destacamos cada FAP, conforme Quadros 3, 4 e 6 a seguir,

Quadro 3: Editais FAPEMA 2016: objeto, recurso e relação com projetos de pesquisa

Nº	Edital	Objeto	Recursos (R\$)	Projeto de pesquisa
1	022/2016	Crédito de pesquisa a consultor ad hoc que integrar Comitês de Julgamento ou emitir pareceres online.	800.000,00	SIM
2	029/2016	Participação em Eventos de curta duração de Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, no país e no exterior.	800.000,00	NÃO
3	030/2016	Realização de Eventos científicos, tecnológicos e/ou de inovação, de âmbito internacional, nacional, regional e local, no estado do Maranhão.	1.500.000,00	NÃO
4	031/2016	Projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação nas diversas áreas do conhecimento, a serem desenvolvidos em instituições de pesquisa e/ou de ensino superior, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, sediadas no estado do Maranhão.	5.000.000,00	SIM

Dos dez editais lançados em 2016 pela FAPEPI, três foram destinados a apoio financeiro à projetos de pesquisas (30%), sendo maioria, e um para bolsa de mestrado e doutorado. As bolsas do edital 004/2016 foram concebidas ao programa de pós-graduação *stricto sensu* do corpo docente da Universidade Federal do Piauí, única IES contemplada pelo edital. Observa-se que diferente da FAPEMA, o ano de 2016 possuiu mais editais lançados pela FAPEPI em comparação aos anos de 2014 e 2015. Esse aumento também se estendeu em relação aos editais destinados diretamente a políticas públicas, que no ano de 2016 destinou três editais com essa finalidade.

Verificamos que os recursos alocados aos editais variam entre valores de R\$ 50.000,00 (valor mínimo) e R\$ 1.200.000,00 (valor máximo), todos provenientes do Tesouro Estadual do Piauí. Saliente-se que a FAPEPI foi a única que lançou edital diretamente ligado a políticas públicas no ano de 2016, destacados no quadro abaixo.

Quadro 4: Editais FAPEPI 2016: objeto, recurso e projeto de pesquisa aprovado

Nº	Edital	Objeto	Recursos (R\$)	Projeto de pesquisa	Pesquisa em políticas públicas
2	002/2016 Edital FAPEPI/MS-DECIT/CNPq/SE SAPI Nº 002/2016 – PPSUS	Execução de projetos de pesquisa que promovam a formação e a melhoria da qualidade de atenção à saúde no estado do Piauí no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS)	1.200.000,00	SIM	SIM
9	010/2016	Bolsa de Apoio Técnico de Nível Superior aos analistas de pesquisa e aos assistentes de pesquisa,	88.800,00	SIM	SIM

	Programa de Produção de Informações, Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social no Piauí	vinculadas as atividades de estudos e pesquisas da Fundação CEPRO nas áreas estratégicas de planejamento do estado do Piauí, [...] no âmbito do agronegócio, turismo, energias renováveis e mineração e políticas públicas territoriais e regionais,			
10	011/2016 Programa de Fomento ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação Estado do Piauí	Financiamento de pesquisas visando o desenvolvimento de ações relacionadas ao projeto de Eficiência Energética e Uso Racional de Energia Elétrica nos órgãos do Poder Executivo do Estado do Piauí.	50.000,00	SIM	SIM

Como mencionado anteriormente, em 2016 a FAPEPI lançou em três editais diretamente relacionados com políticas públicas. Entre esses editais somente o de N° 002/2016 possuía a presença de uma assistente social inscrita e selecionada nos projetos classificados, com número de projeto EFP_00012054 e CPF 044.254.588-69, entretanto sua proposta não alcançou prioridade de atendimento para ser financiada, por isso não consta na parte dos pesquisadores aprovados.

Torna-se necessário explicitar que todos os resultados dos editais da FAPEPI foram divulgados com ocultação dos nomes dos contemplados, possuindo apenas número de CPF e número do projeto disponíveis. Dessa forma, abriu-se outra etapa, sendo necessário a pesquisa dos CPF via google para identificação dos nomes dos aprovados. Essa condição comprometeu a catalogação dos grupos de pesquisadores contemplados, uma vez que nem todos os CPF foram encontrados na pesquisa feita via google. Assim, a catalogação dos grupos e caracterização do perfil dos pesquisadores não obteve completo êxito.

Dos 31 projetos aprovados e financiados no edital n° 002/2016, todos os CPF foram identificados. Por isso as áreas de formação de cada pesquisador aprovado foi identificada via plataforma Lattes. Em relação ao edital n°010/216 apenas um CPF foi identificado, sendo inviável a pesquisa dos cinco demais pesquisadores.

Quadro 5: Área de formação dos pesquisadores contemplados nos editais ligados a política pública

Nº	Edital	Projetos aprovados e financiados	Áreas de formação do pesquisador aprovado	A. Social
1	002/2016 EDITAL FAPEPI/MS-DECIT/CNPq/SESAPI Nº 002/2016 – PPSUS	31	Ciências Biológicas; farmácia; nutrição; odontologia; química; medicina; biomedicina; fisioterapia; enfermagem.	NÃO
2	010/2016 Programa de Produção de Informações, Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social no Piauí	06	História	NÃO
3	011/2016 Programa de Fomento ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação Estado do Piauí	01	Engenharia elétrica	NÃO

Em relação à FUNCAP, disponibilizou em seu portal cinco editais correspondentes ao ano de 2016. Assim como a FAPEPI, a FUNCAP lançou mais editais para projetos de pesquisas, no total de três dos cinco editais disponíveis. Os demais editais são de fomento a inovação, e outro de bolsas de mestrado e doutorado.

O edital nº 006/2016 que corresponde a concessão de bolsas à pós-graduação *stricto sensu* ofertou 64 bolsas de mestrado e 28 bolsas de doutorado para área da Ciência Sociais Aplicadas. Dessas, três foram destinadas ao programa de pós-graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social na modalidade de mestrado da UECE e nenhuma na modalidade de doutorado. Os recursos alocados nos editais são oriundos do Tesouro Estadual do estado do Ceará, igualmente as demais Fundações aqui trabalhadas.

Nenhum edital diretamente ligado à política pública foi lançado no ano de 2016, da mesma maneira, não se identificou nenhum assistente social inscrito e selecionado nos projetos aprovados e divulgados através dos resultados.

Quadro 6: Editais FUNCAP 2016: objetivo, recurso e vinculação com política pública.

Nº	Edital	Objetivo	Recursos (R\$)	Projeto de pesquisa	Projeto de pesquisa de políticas públicas
1	001/2016 Programa de apoio a núcleos emergentes PRONEM / FUNCAP / CNPq	Apoiar projetos de pesquisas científica, tecnológica e de inovação propostos por grupos de pesquisas emergentes, formados por pesquisadores com destaque na sua área de conhecimento e com experiência na coordenação de projetos, de modo a induzir a formação de novos núcleos de excelência em pesquisa no Estado do Ceará	Valor não disponível no edital	SIM	NÃO
2	002/2016 Programa de apoio à pesquisa em empresas	Apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação em microempresas e empresas de pequeno porte na modalidade subvenção econômica (PAPPE INTEGRAÇÃO)	2.800.000,00	SIM	NÃO
3	003/2016 Cooperação Internacional FUNCAP /FAPs/ INRIA/ INS2i- CNRS	Seleção pública de propostas para apoio à execução de projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na área das ciências e tecnologias da informação e comunicação (TIC), no âmbito dos Acordos Bilaterais de cooperação científica e tecnológica internacional firmados entre o INRIA e o CNRS com as FAPS coparticipes	240.000,00	SIM	NÃO
4	005/2016 FUNCAP/ INOVAFIT 2016	Destina-se a apoiar, por meio da concessão de recursos, através da modalidade subvenção econômica, o desenvolvimento de produtos e/ou processos inovadores, novos ou significativamente aprimorados para o mercado local, nacional ou internacional por empresas brasileiras e sediadas no Estado do Ceará	6.000.000,00	NÃO	NÃO
5	006/2016 Programa de bolsas de formação acadêmica – Modalidade: Mestrado e doutorado	O programa de bolsas de formação acadêmica nas modalidades mestrado acadêmico e doutorado acadêmico, [...] tem por objetivo fortalecer o ensino de pós-graduação no estado do Ceará, na sua quantidade, diversidade e, sobretudo, qualidade, visando prover o estado de recursos humanos qualificados para a pesquisa científica, tecnológica e inovação de modo a contribuir para o seu desenvolvimento social e econômico.		SIM	NÃO

No que concerne ao levantamento dos editais da FAPEMA no ano de 2015, verificamos que 15 dos editais são voltados a projeto de pesquisa, e desses, sete são voltados a pesquisas de políticas sociais. Observou-se ainda, que no ano analisado, dos

editais referentes a projetos de pesquisa lançados pela FAPEMA, quatro são específicos para cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo um apenas para Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, um para IES públicas, um para estágio em pós doutoramento e um para instituições reconhecidas pela CAPES no Brasil e para estudantes de doutorado de programas de reconhecida excelência no exterior. Destes, apenas dois são referentes a políticas sociais.

Quanto ao que se refere à FAPEPI, encontrou-se sete editais do ano de 2015, destes três editais não tratam de pesquisa enquanto que os outros quatro são destinados a pesquisa, nenhum destes editais é de políticas sociais. Em se tratando de recursos destinados, o edital 01/2015 teve o menor investimento já o edital 06/2015 obteve o maior investimento. Dos quatro editais destinados a projetos de pesquisa, três referem-se a bolsas de mestrado e doutorado.

No que se pode identificar através da análise feita dos editais da FUNCAP, dos 14 editais encontrados para análise, dois não são projetos de pesquisa, no entanto, os outros 11 editais são de políticas sociais. Os valores dos recursos destinados aos editais 01/2015, 06/2015, 12/2015, 13/2015 e 14/2015 não foram encontrados, o edital 14/2015 recebeu o maior investimento, enquanto o menor investimento foi do edital 04/2015. Dos editais analisados, observou-se que cinco deles são designados à pós-graduação *stricto sensu* e destes últimos, quatro referem-se a políticas sociais.

Na comparação com os dados do ano de 2014, observa-se que no Maranhão houve um aumento no número de editais lançados e consequentemente um aumento de projetos de pesquisa e pesquisa em política social. No Ceará aconteceu o mesmo processo, houve um aumento no número de editais e também um aumento na quantidade de editais dispensados para pesquisa em política social, que saiu de zero em 2014 e passou para onze em 2015. Já a fundação do Piauí sofreu uma queda na quantidade de editais entre 2014 e 2015. No ano de 2014 foram lançados pela instituição três editais referentes a políticas sociais, enquanto no ano seguinte não foi lançado nenhum para esse fim.

As FAPs da Região Nordeste apresentam, em síntese, um espelho da anunciada crise que atinge a realidade brasileira, com redução abrupta do fomento à pesquisa e à produção de conhecimento em CT&I, ainda que alguns estados continuassem a manter apoio a pesquisas para políticas públicas, algo que há que se observar após a alteração da Constituição Federal com a Emenda 95/2016.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e crescimento das FAPs no nordeste a partir do último quartel do século XX trouxe benefícios à população ao longo do tempo, entretanto, atualmente nos encontramos em uma conjuntura que se apresenta desfavorável quanto à execução de pesquisas e concessão de bolsas voltadas a esta finalidade. O corte de verbas destinadas às pesquisas já sinalizadas no governo federal na atualidade, que interfere naquelas fomentadas pelas FAPs, representa uma ameaça à sociedade, visto que as pesquisas que fundamentam a elaboração de políticas públicas podem possibilitar a análise de diversos fatores que interferem nas organizações sociais e nas desigualdades existentes na sociedade contemporânea.

Diante dos dados apresentados, destacamos a necessidade do incentivo a pesquisas voltadas às políticas sociais diante de um número reduzido de editais destinados a essa área de pesquisa entre os estados pesquisados, considerando a relevância da temática para a sociedade, pois, é através do instrumento de pesquisa que, como destacamos anteriormente, torna-se possível a elaboração de políticas efetivas que atendam as demandas da comunidade. Compreende-se que a relevância das FAPs consiste no fato de que estas desempenham um papel importante no processo de desenvolvimento, crescimento e disseminação de pesquisas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação que incidem em avanços tanto para o conhecimento, no contexto institucional, quanto para a sociedade.

A conjuntura brasileira na atualidade, principalmente em razão de um governo conservador na política e liberal na economia, tende a levar a situação a uma potencial fragmentação do que historicamente se constrói em C, T & I no país. O quadro de escassez de recursos tende a acentuar e fragilizar a indução à pesquisas sobre políticas públicas, uma vez que na vertente econômica liberal, o minimalismo do estado volta a ser a centralidade.

REFERÊNCIAS

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálisis**, v. 10, pp. 46-54, 2007.

Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior - ANDES-SN. **Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (LEI 13.243/2016): riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil**. Brasília (DF), 2017.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, pp. 5-15, 2003.

FARIA, A. F.; OLIVEIRA, A. G.; et al. **Marco Regulatório em Ciência Tecnologia e Inovação: texto e contexto da lei nº13.243/2016**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.

GOUVEIA, Daniela dos Santos. **Pesquisa e pesquisadores em Serviço Social na Região Nordeste: perfil, recursos e subsídios à formulação de Políticas Fundações Públicas, Pesquisas e Pesquisadores de Serviço Social em 2015 (PE, PB, RN)**. RELATÓRIO FINAL DO PIBIC – 2019.

GOUVEIA, Daniela dos Santos; LIMA, SILVA, Marcia Ribeiro; LIMA, Jéssica Cleophas do Carmo. **Pesquisa e Pesquisadores em Serviço Social na Região Nordeste: Perfil, Recursos e Subsídios à Formulação de Políticas**. Relatório Parcial de PIBIC, Universidade Federal de Sergipe, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Ed. 26º - São Paulo, Cortez, 2015.

MOTA, Renata Larissa Souza da. **Fundações Públicas, Pesquisa E Pesquisadores Em Serviço Social Em 2015 (BA, SE, AL)**. Relatório Parcial do PIBIC 2018-2019, Universidade Federalde Sergipe, 2019.

MOTA, Renata Larissa Souza da. **Fundações públicas, pesquisa e pesquisadores em serviço social em 2015 (BA, SE, AL)**. Relatório Final do PIBIC 2018-2019. Universidade Federal de Sergipe, 2019.

Santos, Maria Socorro Emiliano; COSTA, Laura Oliveira. **Pesquisa e pesquisadores em Serviço Social no Nordeste: Fundações Públicas em MA, PI E CE (2015)**. Relatório Parcial PIBIC – 2018-2019. Universidade Federal de Sergipe, 2019.

Soares, Fabiana de Menezes; Prete, Esther Kulkamp Eyng. **Marco Regulatório em Ciência, Tecnologia e Inovação: Texto e contexto da Lei Nº 13.243/2016**. Belo Horizonte: Editores Arraes, 2018.